

Sumário

Prefácio

Paulo Affonso Leme Machado 13

Introdução 15

Parte I

Patrimônio Cultural: Noções Gerais

Capítulo 1

Percepção social da tutela jurídica do patrimônio cultural.....	21
1.1 Evolução cronológica da tutela jurídica do patrimônio cultural.....	21
1.1.1 A proteção dos bens culturais materiais pelo Poder Público	21
1.1.2 A ampliação do termo patrimônio cultural e seus elementos conceituais.....	25
1.1.3 A abrangência da imaterialidade no conceito de patrimônio cultural	29
1.2 A atual concepção jurídica de patrimônio cultural	30
1.3 Desenvolvimento humano e patrimônio cultural no Brasil.....	34
1.3.1 Desenvolvimento, frutos do desenvolvimento e comunidades tradicionais	36
1.4 A seleção dos bens culturais no Estado Democrático de Direito brasileiro.....	39
1.4.1 A seleção dos bens culturais sem uma Lei do Patrimônio Cultural.....	39
1.4.2 Os valores de referência cultural: conceito e classificação.....	40
1.4.2.1 Valor de uso (valores econômicos e informativo-científicos)	42
1.4.2.2 Valor de forma (valor estético).....	44
1.4.2.3 Valor simbólico (valor associativo).....	46
1.4.3 Contextos de seleção dos bens culturais.....	47

Capítulo 2

Patrimônio cultural e meio ambiente.....	51
2.1 Os bens culturais e naturais brasileiros como Patrimônio da Humanidade.....	51
2.1.1 Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial	52
2.1.2 O tratamento do Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco.....	55
2.1.3 A Convenção de Estocolmo sobre Meio Ambiente e reflexos na tutela ambiental brasileira	56
2.2 A diversidade dos bens culturais e naturais brasileiros como valor fundamental	59
2.3 A concepção de meio ambiente no sistema de justiça ambiental brasileiro.....	62
2.4 Desenvolvimento sustentável e equidade intergeracional	64

Capítulo 3

Patrimônio cultural e direitos culturais.....	69
3.1 Direitos culturais como direitos humanos.....	69
3.2 Direitos culturais como direitos fundamentais sociais.....	74
3.2.1 Direito cultural como direito fundamental individual e como direito fundamental coletivo	74

3.2.2	As características dos direitos culturais como direito coletivo.....	76
3.3	As obrigações culturais do Estado Democrático brasileiro.....	78

Parte II

Patrimônio Cultural Brasileiro no Ordenamento Jurídico

Capítulo 4

Patrimônio cultural brasileiro: conceituação, natureza jurídica e funções.....		83
4.1	Noções gerais.....	83
4.1.1	Patrimônio cultural e manifestações culturais.....	83
4.1.2	Bens culturais e recursos culturais.....	85
4.1.3	Patrimônio cultural como bem ambiental.....	86
4.1.4	Patrimônio cultural e sua dimensão econômica.....	88
4.1.5	Patrimônio cultural como bem urbanístico.....	89
4.2	Conceito jurídico de patrimônio cultural no ordenamento brasileiro.....	92
4.3	Natureza jurídica do patrimônio cultural brasileiro: patrimônio cultural como bem de interesse público.....	94
4.4	Funções do patrimônio cultural brasileiro.....	96
4.4.1	Funções do patrimônio cultural num Estado Democrático.....	96
4.4.2	As funções do patrimônio cultural brasileiro na Constituição de 1988.....	98
4.4.2.1	A função de ser o elo entre o passado e o presente.....	99
4.4.2.2	A função de contribuir para a educação em valores e sentimentos afetivos.....	100
4.4.2.3	A função de sustentabilidade.....	101

Capítulo 5

A Constituição e o patrimônio cultural brasileiro.....		103
5.1	Os valores culturais na Constituição brasileira.....	103
5.2	Direito ao patrimônio cultural como direito humano e direito fundamental.....	106
5.2.1	As dimensões do direito fundamental ao patrimônio cultural.....	108
5.2.2	Direito ao patrimônio cultural como direito fundamental.....	109
5.3	Conceito constitucional de patrimônio cultural brasileiro.....	111
5.3.1	Os elementos conceituais do patrimônio cultural brasileiro no art. 216.....	111
5.3.2	Os grupos formadores da sociedade brasileira.....	111
5.3.3	A referencialidade e a diversidade.....	113
5.3.4	Os bens culturais imateriais.....	115
5.3.5	Os bens culturais materiais.....	119
5.4	Outros elementos constitucionais imprescindíveis para a compreensão da tutela do patrimônio cultural brasileiro.....	120
5.4.1	A concepção unitária do meio ambiente.....	121
5.4.2	Função social da propriedade.....	121
5.4.3	A atuação democrática do Estado na proteção e promoção dos bens culturais.....	123
5.4.4	Abertura na formação do patrimônio cultural brasileiro.....	125
5.4.5	A equidade intergeracional ao acesso e fruição dos bens culturais.....	127
5.4.6	A submissão das atividades lesivas ao patrimônio cultural ao controle do Estado.....	129

Capítulo 6

Base principiológica para tutela do patrimônio cultural brasileiro.....		131
6.1	A necessidade de uma base principiológica específica para o patrimônio cultural brasileiro.....	131
6.2	Princípios jurídicos do patrimônio cultural brasileiro.....	134

6.2.1.1	Princípio da precaução cultural	136
6.2.2	Princípio da conservação <i>in situ</i>	140
6.2.2.1	Princípio da conservação <i>in situ</i> e bens culturais materiais	142
6.2.2.2	Princípio da conservação <i>in situ</i> e a saída de bens culturais móveis do país	145
6.2.2.3	Princípio da conservação <i>in situ</i> e comunidades tradicionais	148
6.2.3	Princípio da educação patrimonial	149
6.2.4	Princípio da dinâmica patrimonial	152
6.2.5	Princípio da equidade geracional	156
6.2.6	Princípio do interesse preponderante do órgão competente	158
6.2.7	Princípio da gestão patrimonial cooperativa	160
6.2.8	Princípio da responsabilidade cultural	163
6.2.8.1	Princípio da responsabilidade pública coletiva (para os bens arqueológicos)	166
6.2.8.2	Princípio da responsabilidade cultural pós-licenciamento	168

Capítulo 7

Bens culturais em espécie	171
7.1 As formas de expressão e os modos de fazer, criar e viver	171
7.1.1 Línguas e falares como bens culturais brasileiros	175
7.1.1.1 Considerações gerais	175
7.1.1.2 A língua portuguesa	177
7.1.1.3 As outras línguas e falares do Brasil	180
7.1.2 Luto (ou os ritos funerários)	183
7.1.2.1 Considerações jurídicas sobre o luto como bem cultural	183
7.1.2.2 Luto e obrigações do Estado	190
7.1.2.3 Luto pelos desaparecidos políticos	191
7.1.3 Os conhecimentos tradicionais	195
7.1.3.1 Definições de conhecimento tradicional	195
7.1.3.2 Conhecimentos tradicionais: bens culturais imateriais ou legado da humanidade?	196
7.1.3.3 A vulnerabilidade e hipossuficiência das comunidades tradicionais	198
7.1.3.4 Premissas para um regime jurídico apropriado de tutela	202
7.2 As criações científicas, artísticas e tecnológicas	205
7.2.1 Patrimônio digital brasileiro	213
7.2.1.1 Considerações gerais: surge um novo bem cultural?	213
7.2.1.2 A carta da Unesco sobre a preservação do patrimônio digital	215
7.2.1.3 Perspectivas de tutela jurídica do patrimônio digital brasileiro	217
7.3 Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais	223
7.4 Os conjuntos urbanos e os sítios de valor cultural	229
7.4.1 Os conjuntos urbanos	229
7.4.2 Os sítios de valor cultural	235
7.4.2.1 Sítios de valor histórico	240
7.4.2.2 O patrimônio arqueológico	248
7.4.2.2.1 Conceito jurídico de patrimônio arqueológico	248
7.4.2.2.2 Os tipos de bens arqueológicos encontrados no Brasil	251
7.4.2.2.3 O patrimônio arqueológico subaquático	252
7.4.2.2.4 Características do sistema normativo brasileiro sobre patrimônio arqueológico	254
7.4.2.2.5 Natureza jurídica: bens arqueológicos como bens da União	255
7.4.2.2.6 Bens arqueológicos como bens afetados	256
7.4.2.3 Patrimônio paleontológico	257
7.4.2.4 Os sítios espeleológicos	259
7.4.2.4.1 Os sítios espeleológicos como bens culturais	259

7.4.2.4.2 Bens espeleológicos e a Lei 3.924/61 (patrimônio arqueológico)	262
7.4.2.4.3 Bens espeleológicos e Lei 9.985/2000 (Lei do SNUC)	262
7.4.2.4.4 Decreto 6.640/08 e suas inconstitucionalidades	263
7.4.2.4.5 Patrimônio espeleológico e instrumentos protetivos.....	266
7.4.2.5 Os sítios de valor paisagístico.....	266
7.4.2.5.1 A paisagem no ordenamento brasileiro.....	266
7.4.2.5.2 Paisagem cultural brasileira	271
7.5 Patrimônio documental.....	271

Capítulo 8

Instrumentos de tutela do patrimônio cultural brasileiro.....	281
8.1 Instrumentos patrimoniais protetivos: noções gerais	281
8.2 Instrumentos relacionados nominalmente pela Constituição	286
8.2.1 Inventário	286
8.2.2 Vigilância	289
8.2.3 Tombamento	292
8.2.3.1 Conceito e aspectos gerais.....	292
8.2.3.2 Natureza jurídica.....	294
8.2.3.2.1 Tombamento: ato declaratório ou constitutivo?	295
8.2.3.2.2 Tombamento como limitação administrativa: a não-indenização em tese	297
8.2.3.3 Competência para tombamento.....	303
8.2.3.4 Bens passíveis de tombamento	306
8.2.3.5 Procedimento de tombamento	312
8.2.3.6 Modalidades de tombamento	315
8.2.3.7 Efeitos do tombamento	317
8.2.4 Desapropriação	319
8.2.5 Registro	321
8.2.5.1 Registro dos bens culturais imateriais: aspectos gerais.....	322
8.2.5.1.1 O processo de seleção dos bens intangíveis no registro	323
8.2.5.1.2 A participação da sociedade no processo decisório pelo registro do bem.....	326
8.2.5.1.3 O procedimento de reavaliação do registro e revalidação do título do patrimônio imaterial	329
8.2.5.2 Registro (e guarda) de dados culturais	332
8.3 Outros instrumentos protetivos	336
8.3.1 Incentivos fiscais	336
8.3.2 Orçamento participativo	341
8.3.3 Educação patrimonial.....	344
8.3.4 Recomendações do Ministério Público.....	349
8.3.5 Termo de Ajustamento de Conduta.....	350
8.3.6 Termo de Referência Cultural	353
8.3.7 Audiências públicas.....	356
8.3.8 Chancela da paisagem cultural brasileira	358
8.3.8.1 Da chancela da paisagem como instrumento protetivo	358
8.3.8.2 Do pacto de gestão compartilhada.....	359
8.3.8.3 Da tramitação do procedimento de chancela	361
8.3.8.4 Do acompanhamento da paisagem chancelada e da revalidação da chancela	363
8.3.9 Banco de Dados de Bens Culturais Procurados.....	363
8.4 Instrumentos judiciais	364
8.4.1 Ação Civil Pública.....	364
8.4.2 Ação Popular	367

Capítulo 9

Base normativa infraconstitucional para tutela do patrimônio cultural brasileiro.....	371
9.1 A proteção normativa do patrimônio cultural brasileiro: considerações iniciais.....	371
9.2 A tutela internacional.....	373
9.2.1 Os organismos e as organizações internacionais influentes na tutela e produção normativa doméstica.....	373
9.2.2 As normas internacionais.....	374
9.3 O sistema normativo interno para proteção do patrimônio cultural.....	375
9.3.1 A edição da Lei de Patrimônio Cultural no ordenamento brasileiro: necessidade e conteúdo.....	376
9.3.2 A Lei do Patrimônio Cultural e a indicação do método de definição dos bens merecedores de tutela.....	378
9.3.3 A tutela dos bens arqueológicos.....	380
9.3.4 Lei de Política Nacional de Meio Ambiente e os bens culturais.....	382
9.3.5 O Estatuto da Cidade.....	383
9.3.6 A tutela penal do patrimônio cultural: os dispositivos da Lei 9.605/98.....	385

Parte III

Patrimônio Cultural, Políticas Públicas e Interface Econômica

Capítulo 10

Tutela dos bens culturais pelo Poder Público: competência e políticas públicas.....	395
10.1 Competência em matéria de patrimônio cultural.....	395
10.1.1 Competência administrativa.....	395
10.1.2 Competência legislativa concorrente.....	398
10.2 Políticas Públicas patrimoniais e Constituição.....	399
10.2.1 As diretrizes constitucionais para as políticas patrimoniais.....	399
10.2.2 A execução das políticas de proteção dos direitos e bens culturais.....	401
10.3 O Plano Nacional de Cultura a partir das diretrizes constitucionais.....	402
10.4 Política do patrimônio cultural e orçamento público.....	404
10.4.1 Políticas públicas patrimoniais e estabelecimento de gastos prioritários nas leis orçamentárias.....	406
10.4.2 O papel das agências de fomento e os recursos públicos destinados ao setor privado para implementação das políticas culturais.....	407

Capítulo 11

Patrimônio cultural e licenciamento ambiental.....	411
11.1 Normas e princípios ambientais aplicáveis ao patrimônio cultural.....	411
11.2 Licenciamento ambiental e proteção do patrimônio cultural brasileiro.....	416
11.2.1 A participação do IPHAN no procedimento de licenciamento ambiental.....	416
11.2.2 Licenciamento ambiental e Portaria IPHAN 230/2002.....	422
11.2.3 EIA/RIMA e apreciação do impacto cultural.....	424
11.2.4 A produção ou disponibilização de informação sobre patrimônio cultural em decorrência da obra ou atividade licenciada.....	428
11.2.5 Da criação da reserva arqueológica em decorrência de atividades e empreendimentos licenciados.....	429

Capítulo 12

Bens culturais e atividades econômicas	433
12.1 Turismo e patrimônio cultural brasileiro	433
12.2 Exploração do patrimônio arqueológico subaquático	439
12.3 Atividade mineradora e bens culturais	445
12.3.1 Atividade mineradora na Constituição	445
12.3.2 Bens culturais, atividade mineradora e recomposição	447
12.3.3 Mineração e paisagem.....	450
Referências	453
Índice	469